

# Grupo Econômico Balbo

**Demonstrações financeiras combinadas  
em 31 de março de 2024 e 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas</b>	<b>5</b>
<b>Balancos patrimoniais combinados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações combinadas de resultados</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>12</b>
<b>Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa – Método indireto</b>	<b>13</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas</b>	<b>14</b>

## **Relatório da Administração**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração das companhias combinadas do Grupo Econômico Balbo por controle comum, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras combinadas que compreendem o balanço patrimonial e as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativos ao exercício findo em 31 de março de 2024, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

### **Contexto Macroeconômico**

O exercício findo em 31 de março de 2024 foi caracterizado por um período de estabilidade do PIB e alterações moderadas na variação cambial. Tivemos ainda que conviver no exercício encerrado em 2024 com a manutenção da alta taxa de juros, moderado aumento ao crédito, porém em um ambiente de grandes incertezas em relação a perspectivas econômicas, especialmente com a manutenção da guerra entre Rússia e Ucrânia e do agravamento do conflito no Oriente Médio.

### **Contexto do Grupo Econômico**

Todo o setor sucroenergético tem sido afetado, nos últimos anos, por impactos climáticos, aumento no preço dos insumos agrícolas, industriais, além de fatores geopolíticos.

Neste exercício, porém, tivemos um aumento de 17,7% na moagem de cana-de-açúcar e consequentemente aumento de 16,0% na produção industrial, em relação ao exercício anterior.

Tivemos um expressivo aumento no preço do açúcar e expressiva redução no preço do etanol, condições estas que se traduziram em um resultado consistente baseado nas nossas expectativas e projeções de resultado comparados ao exercício anterior, gerando valor para os acionistas do Grupo Econômico Balbo.

Em relação aos outros negócios, a estratégia de diversificação e agregação de valor contribuiu para o resultado apresentado. A Native, segmento de produtos orgânicos do Grupo Econômico Balbo, continuou sua trajetória de crescimento e a expansão de sua linha de produtos solidificando-se como a marca de referência no mercado de produtos orgânicos no Brasil e suas operações no mercado externo se mantiveram consistentes em relação ao exercício anterior. Apesar do ambiente econômico desafiador, podemos destacar a produção e comercialização de etanol orgânico neutro, energia elétrica e levedura destinada a ração animal, que contribuíram para o resultado da estratégia de diversificação.

Continuamos ainda com os projetos de desenvolvimento imobiliário, e em relação aos Projetos Jardim Veneto e Vila Sicília, ambos no Município de Sertãozinho-SP, já foram comercializados mais 95% dos lotes existentes. Estamos ainda avaliando outras oportunidades e estudos de novos projetos na região.

Outra informação relevante é que durante a safra 23/24, mantivemos a comercialização dos certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita líquida.

Em relação a política de distribuição de dividendos e investimentos das Companhias Combinadas, todas as decisões são deliberadas em assembleias de acionistas após apresentação dos planos de investimentos e posição patrimonial e financeira.

Importante destacar que mantivemos todos nossos programas de treinamento e desenvolvimento dos nossos colaboradores, tanto de cunho técnico como comportamental, além de manter nossa política de doações a entidades beneficentes e culturais da região.

Nosso histórico de cumprimento de acordos (mesmo em momentos de crise) e nossa transparência nas relações, aliados à forte gestão da carteira, com contínuo monitoramento financeiro, tem possibilitado ao Grupo Econômico Balbo acessar linhas de crédito junto as maiores instituições financeiras do país, as quais vêm mantendo posições e operações importantes e de longo prazo junto a nossa organização, com taxas de juros competitivos em relação às praticadas no mercado, aliados à redução do endividamento líquido e expansão de outros negócios nossa unidade industrial localizada no Estado de Minas Gerais.

Embora as projeções mundiais de produção de matéria prima e de produtos acabados para a safra 24/25 sejam de pequena redução, estamos confiantes na manutenção dos preços dos nossos produtos e na eficiência da nossa capacidade de gestão operacional para esta nova safra.

Enfim, é com este espírito de buscar continuamente melhorias e com uma visão de longo prazo, que superamos os vários desafios encontrados na safra 23/24 e acreditamos estar melhor preparados para enfrentar as futuras safras mesmo no atual contexto econômico, mercadológico e geopolítico.

Aproveitamos para agradecer aos fornecedores pela confiança; aos clientes pela preferência; aos colaboradores pelo empenho, dedicação e talento; e às instituições financeiras e aos acionistas pelo apoio e confiança.

Sertãozinho, 26 de junho de 2024.  
Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Avenida Presidente Vargas, 2.121  
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América  
Edifício Times Square Business  
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil  
Telefone +55 (16) 3323-6650  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras combinadas

## Aos Administradores e Acionistas do

### Grupo Econômico Balbo

Sertãozinho – SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras combinadas da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Uberaba Energia Ltda., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. do “Grupo Econômico Balbo” (“Grupo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Grupo Econômico Balbo em 31 de março de 2024, o desempenho combinado de suas operações e os seus fluxos de caixa combinados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas”. Somos independentes em relação ao Grupo Econômico Balbo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase – Base de elaboração e apresentação

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 que descreve que as demonstrações financeiras combinadas do Grupo podem não ser um indicativo da posição e performance financeira e dos fluxos de caixa que poderiam ser obtidos se o Grupo tivesse operado como uma única entidade independente. As demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas para demonstrar a posição e a performance financeira e os fluxos de caixa das entidades sob controle comum do Grupo, portanto, podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras combinadas e o relatório dos auditores

A administração do Grupo Econômico Balbo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras combinadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras combinadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas demonstrações financeiras combinadas contêm uma agregação das informações financeiras das entidades Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A., Uberaba Energia Ltda., Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda., e foram elaboradas a partir dos livros e registros contábeis mantidos por essas entidades. A responsabilidade da administração inclui a determinação da aceitabilidade das bases de elaboração às circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Grupo Econômico Balbo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Grupo Econômico Balbo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras combinadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Grupo Econômico Balbo.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Grupo Econômico Balbo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Grupo Econômico Balbo a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras combinadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras combinadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto/SP, 26 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Gustavo de Souza Matthiesen  
Contador CRC SP-293539/O-8



## Grupo Econômico Balbo

### Balancos patrimoniais combinados em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	7	705.992	547.094	Fornecedores	19	108.082	111.008
Títulos de capitalização		-	598	Empréstimos, financiamentos e debêntures	20	129.827	128.514
Contas a receber - Clientes	8	106.326	79.455	Financiamentos Cooperativa	20b	1.777	-
Contas a receber - Cooperativa	9	44.155	98.175	Passivo de arrendamento	21	16.457	16.745
Estoques	10	99.855	120.288	Instrumentos financeiros derivativos	25	-	2.987
Ativo biológico	11	177.755	172.486	Impostos e contribuições a recolher	22	10.911	10.830
Adiantamentos a fornecedores	12	112.221	103.864	Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	6.984
Instrumentos financeiros derivativos	25	21.468	10.941	Salários e contribuições sociais		48.150	42.754
Impostos a recuperar	13	351.376	95.053	Demais passivos	23	21.629	25.186
Demais ativos		3.453	2.607				
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.622.601</b>	<b>1.230.561</b>	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>336.833</b>	<b>345.008</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Empréstimos, financiamentos e debêntures			
Contas a receber - Clientes	8	8.902	11.535	Financiamentos Cooperativa	20b	45.769	46.211
Contas a receber - Cooperativa	9	81.439	50.063	Passivo de arrendamento	21	32.424	42.647
Impostos a recuperar	13	48.849	57.872	Impostos e contribuições a recolher	22	7.750	6.018
Depósitos judiciais	14	220.047	165.341	Demais passivos	23	78.104	83.953
Demais ativos		3.988	3.261	Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	137.772	141.368
				Provisão para contingências	24	282.544	152.452
		<b>363.225</b>	<b>288.072</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>1.116.557</b>	<b>959.114</b>
<b>Investimentos</b>	17	130.474	137.556	<b>Total do passivo</b>		<b>1.453.390</b>	<b>1.304.122</b>
<b>Imobilizado</b>	18	1.284.070	1.113.940	<b>Patrimônio líquido</b>	27	<b>2.003.775</b>	<b>1.533.203</b>
<b>Intangível</b>		2.162	1.839				
<b>Direito de uso</b>	21	54.633	65.356				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.834.564</b>	<b>1.606.764</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>3.457.165</b>	<b>2.837.325</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.457.165</b>	<b>2.837.325</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

## Grupo Econômico Balbo

### Demonstrações combinadas de resultados

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Receita operacional líquida	28	1.874.971	1.760.139
Custos dos produtos vendidos	29	(1.463.532)	(1.343.751)
Valor justo do ativo biológico	11	<u>(11.587)</u>	<u>18.737</u>
<b>Lucro bruto</b>		399.852	435.125
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>			
Vendas	30	(139.281)	(104.471)
Administrativas e gerais	30	(116.939)	(94.939)
Outras receitas operacionais, líquidas	31	<u>277.880</u>	<u>174.013</u>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		421.512	409.728
Receitas financeiras	32	101.471	78.536
Despesas financeiras	32	(99.296)	(108.821)
Variação cambial, líquida	32	<u>(396)</u>	<u>957</u>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	32	<u>1.779</u>	<u>(29.328)</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		423.291	380.400
Imposto de renda e contribuição social correntes		56.826	(117.399)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	<u>3.596</u>	<u>1.390</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u><u>483.713</u></u>	<u><u>264.391</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

## Grupo Econômico Balbo

### Demonstrações combinadas dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	<u>31/03/2024</u>	<u>31/03/2023</u>
Lucro líquido do exercício	483.713	264.391
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b><u><u>483.713</u></u></b>	<b><u><u>264.391</u></u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

# Grupo Econômico Balbo

## Demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

*(Em milhares de Reais)*

	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de março de 2022</b>	1.257.620
Distribuição de dividendos (Nota 27d)	(15.630)
Reserva reflexa de investida (Nota 27c)	28.100
Lucro líquido do exercício	264.391
Destinações:	
Dividendos obrigatórios (Nota 27d)	(1.278)
<b>Saldos em 31 de março de 2023</b>	<b>1.533.203</b>
Distribuição de dividendos (Nota 27d)	(10.722)
Lucro líquido do exercício	483.713
Destinações:	
Dividendos obrigatórios (Nota 27d)	(2.419)
<b>Saldos em 31 de março de 2024</b>	<b>2.003.775</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

## Grupo Econômico Balbo

### Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/03/2024	31/03/2023
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		423.291	380.400
<b>Ajustes para:</b>			
Depreciação e amortização		276.759	260.261
Resultado na baixa de ativo imobilizado	31	(3.056)	(10.700)
Mudança no valor justo de ativos biológicos	11	11.587	(18.737)
Diminuição do ativo biológico devido a colheita de cana-de-açúcar	11	172.486	191.654
Juros e variações cambiais provisionados	16	85.414	96.122
Constituição de provisão para contingências		30.245	48.970
Resultados com instrumentos financeiros derivativos	32	(1.265)	2.715
Provisão para estoques obsoletos	10	138	(66)
(Reversão) para perdas esperadas	8	-	(102)
Depreciação direito de uso de arrendamento	21	16.953	16.483
Provisão parte crédito presumido ICMS	23	3.130	1.818
Receita de dividendos mensurados ao custo	31	(237)	(268)
Ganho por variação patrimonial de investida	31	(17.324)	(47.982)
<b>Variação de ativos e passivos</b>			
Títulos de capitalização		598	-
Contas a receber		(1.594)	(5.581)
Estoques		20.295	7.957
Impostos a recuperar		(68.613)	(7.380)
Adiantamentos a fornecedores		30.008	(23.984)
Demais ativos		(28.380)	(36.168)
Depósitos judiciais		(54.706)	(51.447)
Instrumentos financeiros derivativos		(12.249)	(13.906)
Fornecedores		(2.926)	13.801
Salários e contribuições sociais		5.399	3.872
Impostos e contribuições a recolher		3.376	(41.210)
Demais passivos		(9.658)	39.445
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>			
		879.671	805.967
Juros pagos ou recebidos	16	(63.803)	(79.174)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(30.027)	(77.867)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>			
		785.841	648.926
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Aquisição de ativos biológicos	11	(189.342)	(153.749)
Aquisição de ativo imobilizado	18	(444.988)	(387.097)
Aquisição de ativo intangível		633	(784)
Recebimento de dividendos		51.449	63.648
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	31	4.654	11.576
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>			
		(577.594)	(466.406)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamento de passivo de arrendamento	16	(17.927)	(18.105)
Empréstimos e financiamentos bancários tomados	16	106.835	2.624
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	16	(115.849)	(169.926)
Pagamento de dividendos		(11.841)	(59.541)
Aquisição de ações de acionistas	16	(10.567)	(4.538)
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerados pelas atividades de financiamentos</b>			
		(49.349)	(249.486)
<b>Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa</b>			
		158.898	(66.966)
<b>Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
No início do exercício		547.094	614.060
No fim do exercício	7	705.992	547.094
		158.898	(66.966)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras combinadas.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras combinadas**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

As atividades do Grupo Econômico Balbo compreendem as operações das seguintes Companhias:

#### **a. Investidoras**

##### ***Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A.***

As atividades das Companhias compreendem, basicamente, a produção e comércio de açúcar e etanol (convencionais e orgânicos), além da participação em outras empresas.

Aproximadamente 43% da cana-de-açúcar processada pela Usina Santo Antônio S.A. e 60% da Usina São Francisco S.A. são cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola e arrendamento rural.

As Companhias são cooperadas da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo Ltda. (“Cooperativa”), cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de açúcar e etanol convencional nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado proporcional à produção entregue à Cooperativa e reconhecido contabilmente pelo cooperado através do Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1.986.

#### **b. Investidas**

##### ***Usina Uberaba S.A. - controlada***

A Usina Uberaba S.A., com sede na Fazenda Uberaba, Rodovia Municipal 304, Km 2,5, cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais, tem como atividade a fabricação de etanol.

A Usina Uberaba S.A. é cooperada da Cooperativa, cujo ato cooperado entre as partes implica na entrega, imediata e definitiva, da produção de etanol nos estabelecimentos da Cooperativa. O resultado da comercialização desses produtos, no mercado interno e externo, é rateado para cada cooperado em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986.

Aproximadamente 58% da cana-de-açúcar processada é própria, sendo cultivadas em terras próprias e de terceiros, mediante exploração de parceria agrícola.

##### ***Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda. - controlada***

A atividade preponderante é o comércio de produtos orgânicos no mercado de varejo.

##### ***Agropecuária Iracema Ltda. - controlada***

Tem como principal atividade a exploração da atividade agrícola da cana-de-açúcar em regime de parceria agrícola com empresas relacionadas.

***PHB Industrial S.A. – controlada em conjunto***

A PHB Industrial S.A. foi constituída em 1º de março de 2000, com sede em Serrana, Estado de São Paulo, tendo como objeto social e atividade preponderante a industrialização e comercialização de produtos químicos orgânicos e inorgânicos.

A investida concluiu substancialmente o desenvolvimento do Polihidroxitirato (PHB) e Polihidroxitirato-Valerato (PHB-V) em 2001, com elaboração do PDP (*Project Design Package*) despendendo quantias significativas com gastos industriais e de projetos.

Em paralelo à rota de produção do PHB e PHB-V voltado ao mercado de plásticos, a investida desenvolveu também durante os últimos anos, tecnologia que permite a utilização de sua rota produtiva em nutrição animal. Tal tecnologia já se encontra devidamente patenteada e testada.

A administração, com base nos resultados obtidos em testes com diferentes espécies de animais, obteve a inclusão do PHB na lista positiva de insumos do Ministério da Agricultura, assim como o registro de fábrica (SP-59890) e do registro do produto (*BIOCYCLE*) junto aos órgãos competentes, com possibilidade de produção comercial desse material, baseada na estrutura industrial já implementada.

A Administração do PHB Industrial S.A., ao mesmo tempo que continua desenvolvendo novas rotas tecnológicas dentro do projeto existente, também estuda alternativas de formação de nova *Joint Venture* com terceiros para explorar novas oportunidades de negócios.

***Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. - controlada***

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

***Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. - controlada***

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis para compra, venda ou locação; a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

***Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. - controlada***

Tem como principal atividade o fracionamento do solo visando a obtenção de lotes urbanizáveis, a construção, incorporação, e quaisquer atividades relacionadas a projetos imobiliários em geral.

Constituição da investida Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. com acervo líquido vertido da investida Agropecuária Iracema S.A., conforme laudo de avaliação de 16 de novembro de 2023.

***Uberaba Energia Ltda. - controlada***

A subsidiária Uberaba Energia Ltda. tem por objeto social a atividade de produzir, consumir e comercializar energia elétrica, vapor vivo, vapor de escape e todos os derivados provenientes da cogeração de energia elétrica produzida a partir de matéria prima adquirida ou consorciada de terceiros.

### 1.1 Renovabio

Instituído pela Lei nº 13.576/2017, o RENOVABIO é a Política Nacional de Biocombustíveis que tem como principal foco o estabelecimento de metas nacionais anuais de descarbonização para o setor de combustíveis, objetivando o aumento da produção e da participação de biocombustíveis na matriz energética de transporte do país. Estes certificados (CBIOS) deverão ser adquiridos pelas distribuidoras de combustíveis para comprovar o cumprimento de metas de redução de emissão de carbono.

Estamos comercializando os certificados de descarbonização (CBIOS), através da Cooperativa dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, registrando o valor negociado como receita operacional das Companhias combinadas, quando do reconhecimento do direito do PN66.

## 2 Entidades do grupo

As demonstrações financeiras combinadas incluem as seguintes entidades combinadas:

	2024			2023		
	Percentual de participação			Percentual de participação		
	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total	Usina Santo Antonio S.A.	Usina São Francisco S.A.	Total
<b>Controladas diretas</b>						
Agropecuária Iracema Ltda.	61,75%	38,22%	99,97%	61,75%	38,22%	99,97%
Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda. Importadora e Exportadora Ltda.	-	99,99%	99,99%	-	99,99%	99,99%
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda.	61,77%	38,23%	100%	61,77%	38,23%	100%
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	61,77%	38,23%	100%	61,77%	38,23%	100%
Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	61,77%	38,23%	100%	-	-	-
<b>Controladas em conjunto com combinação proporcional</b>						
PHB Industrial S.A.	25,00%	25,00%	50,00%	25,00%	25,00%	50,00%
Usina Uberaba S.A.	27,50%	27,50%	55,00%	27,50%	27,50%	55,00%

As demonstrações financeiras utilizadas como base para combinação são aquelas apresentadas nos registros contábeis das Companhias combinadas e os saldos combinados do patrimônio líquido e do resultado do exercício correspondem aos saldos das controladoras, conforme abaixo:



**Grupo Econômico Balbo**  
Demonstrações financeiras  
combinadas em 31 de março de 2024

**31 de março de 2024**

Entidade	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Santo Antônio S.A.	699.106	1.059.853	(112.794)	(455.657)	(1.190.508)	289.774	918.517	(628.743)
Usina São Francisco S.A.	584.316	873.958	(154.769)	(485.289)	(818.216)	193.941	613.829	(419.888)
Usina Uberaba S.A. Consolidado	310.800	491.508	(86.612)	(174.944)	(540.751)	110.723	418.993	(308.270)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	818	79	(56)	-	(841)	(462)	2.581	(3.043)
PHB Industrial S.A.	1.103	9.727	(107)	(2.500)	(8.223)	(1.184)	55	(1.239)
Agropecuária Iracema S.A.	3.809	62.402	(18.881)	-	(47.330)	(13.036)	9.171	(22.207)
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	40.826	3.043	(457)	(40.237)	(3.176)	3.127	262	2.865
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	18.813	5.858	(147)	(20.000)	(4.525)	1.505	229	1.276
Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	16	-	-	(16)	-	-	-
Total antes das eliminações	1.659.590	2.506.444	(373.822)	(1.178.627)	(2.613.585)	584.388	1.963.637	(1.379.249)
(-) Eliminações	(36.989)	(671.880)	36.989	62.070	609.810	(100.675)	(88.666)	(12.009)
<b>Total após as eliminações</b>	<b>1.622.601</b>	<b>1.834.564</b>	<b>(336.833)</b>	<b>(1.116.557)</b>	<b>(2.003.775)</b>	<b>483.713</b>	<b>1.874.971</b>	<b>(1.391.258)</b>

**31 de março de 2023**

Entidade	Ativos		Passivos		Patrimônio líquido	Resultado	Receitas	Custos e despesas
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante				
Usina Santo Antônio S.A.	488.716	920.078	(100.722)	(398.754)	(909.318)	173.048	825.733	(652.685)
Usina São Francisco S.A.	426.558	784.067	(161.745)	(420.048)	(628.832)	82.605	524.876	(442.271)
Usina Uberaba S.A. Consolidado	263.609	431.578	(96.366)	(138.707)	(460.114)	100.094	490.262	(390.168)
Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda.	3.483	79	(1.658)	(601)	(1.303)	(181)	-	(181)
PHB Industrial S.A.	1.247	8.868	(257)	(1.625)	(8.233)	(9.252)	489	(9.741)
Agropecuária Iracema S.A.	10.479	62.445	(246)	-	(72.678)	12.278	8.133	4.145
Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda	37.367	4.135	(791)	(37.297)	(3.415)	3.346	1.026	2.320
Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda.	16.206	7.400	(324)	(18.695)	(4.587)	1.569	510	1.059
Total antes das eliminações	1.247.665	2.218.650	(362.109)	(1.015.727)	(2.088.480)	363.507	1.851.029	(1.487.522)
(-) Eliminações	(17.104)	(611.887)	17.101	56.613	555.277	(99.116)	(90.890)	(8.226)
<b>Total após as eliminações</b>	<b>1.230.561</b>	<b>1.606.764</b>	<b>(345.008)</b>	<b>(959.114)</b>	<b>(1.533.203)</b>	<b>264.391</b>	<b>1.760.139</b>	<b>(1.495.748)</b>

As demonstrações contábeis da PHB Industrial S.A. e Usina Uberaba S.A., por se tratar de companhias controladas em conjunto, foram combinadas na respectiva proporção da participação no seu capital social. Os saldos que serviram de base para combinação estão assim representados:

<b>PHB Industrial S.A.</b>					
<b>Ativos</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>Passivos e patrimônio líquido</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Circulante	2.205	2.493	Circulante	213	514
Não circulante	7.417	5.663	Não circulante	5.000	3.250
Imobilizado, intangível e diferido	<u>12.037</u>	<u>12.073</u>	Patrimônio líquido	<u>16.446</u>	<u>16.465</u>
	<u><b>21.659</b></u>	<u><b>20.229</b></u>		<u><b>21.659</b></u>	<u><b>20.229</b></u>
<b>Usina Uberaba S.A. (Consolidado)</b>					
<b>Ativos</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>	<b>Passivos e patrimônio líquido</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Circulante	565.091	479.150	Circulante	157.475	175.211
Não circulante	33.839	36.411	Não circulante	318.083	252.195
Investimentos, imobilizado e diferido	<u>859.812</u>	<u>748.416</u>	Patrimônio líquido	<u>983.183</u>	<u>836.571</u>
	<u><b>1.458.742</b></u>	<u><b>1.263.977</b></u>		<u><b>1.458.741</b></u>	<u><b>1.263.977</b></u>

### 3 Base de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo incluem: Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A. (consolidado), Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comércio Importação e Exportação Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda., referem-se em conjunto ao que denominamos Grupo Econômico Balbo, foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras combinadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades do Grupo Econômico Balbo, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Portanto, essas demonstrações financeiras combinadas não representam as demonstrações financeiras individuais ou consolidadas de uma entidade e não devem ser consideradas para fins de cálculo de dividendos, de impostos ou para outros fins societários, nem podem ser utilizadas como um indicativo de *performance* financeira que poderia ser obtido se as entidades consideradas na combinação tivessem operado como uma única entidade independente ou como indicativo dos resultados das operações dessas entidades para qualquer período futuro.

#### ***Critérios de elaboração das demonstrações financeiras combinadas***

Demonstrações financeiras combinadas é um único conjunto de demonstrações financeiras de duas ou mais entidades que estão sob controle comum. As Companhias combinadas utilizaram a definição de controle do CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas, quando da avaliação da existência de controle comum, e do CPC 19 (R2) Negócios em Conjunto, quando da avaliação da existência de controle em conjunto.

Nesse contexto, para fins de apresentação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo os seguintes requerimentos foram cumpridos:

- As entidades sujeitas à combinação, citadas na nota explicativa 2, estão sob o controle comum de acordo com a definição de controle do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto;

- Os princípios do CPC 44 - Demonstrações Combinadas foram utilizados na combinação das demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo;
- Saldos e transações entre as empresas do Grupo Econômico Balbo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas Grupo Econômico Balbo foram eliminadas na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial foram eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo Econômico Balbo na investida. Perdas não realizadas foram eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável; e
- As práticas contábeis são uniformes para todas as entidades combinadas.

O Grupo Econômico Balbo elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais das companhias Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. para o exercício findo em 31 de março de 2024 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil apresentadas separadamente. A administração optou por não efetuar e divulgar demonstrações financeiras consolidadas em função da imaterialidade dos saldos apresentados na consolidação, uma vez que a posição patrimonial e financeira das investidas não é relevante para fins de consolidação.

A emissão das demonstrações financeiras combinadas foi autorizada pela administração em 26 de junho de 2024. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras combinadas.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis do Grupo, estão apresentadas na nota 4.

**b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras combinadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas com vendas.

**c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras combinadas são apresentadas em Real (R\$ mil), que é a moeda funcional das Companhias combinadas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**d. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras combinadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis das Companhias combinadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**(i) Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 21** – Passivo de arrendamento: se as companhias combinadas têm razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

**(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 4.4** – Vida útil do ativo imobilizado;
- **Nota 4.16** - Ativos contingentes;
- **Nota 8** - mensuração de perda estimada de crédito do contas a receber: principais premissas na determinação dos percentuais de perda;
- **Nota 11** - Ativo biológico - O ativo biológico é mensurado ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos;
- **Nota 15** – Ativos e passivos fiscais diferidos - disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota 24** -Provisão para contingências - principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

**(iii) Mensuração a valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Ativo biológico; e
- **Nota 25** - Instrumentos financeiros.

## **4 Políticas contábeis materiais**

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras combinadas.

### **4.1 Base de combinação**

#### **(i) Investimentos em controladas e sociedades controladas em conjunto (joint venture)**

As demonstrações financeiras de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas demonstrações financeiras combinadas a partir da data em que o controle ou, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle ou controle compartilhado, deixa de existir. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pelo Grupo Econômico Balbo.

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras combinadas.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo econômico na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

### **4.2 Moeda estrangeira**

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional das Companhias combinadas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

### **4.3 Instrumentos financeiros**

As Companhias combinadas classificam seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

#### **(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento**

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, as Companhias combinadas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(ii) Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo; quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

#### **(iii) Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(iv) Capital social**

Ações ordinárias nominativas das Companhias combinadas são classificadas como patrimônio líquido. As Companhias combinadas não possuem ações preferenciais.

#### **(v) Dividendos**

Os dividendos obrigatórios, conforme definidos em estatuto de cada uma das Companhias, são reconhecidos como passivo. O saldo do lucro líquido, deduzidas as reservas legais e o dividendo obrigatório será reconhecido como obrigação quando deliberado por ocasião da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas das Companhias combinadas, em cada entidade individual.

#### **4.4 Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. As Companhias combinadas optaram por não reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de abertura do exercício de 2010. A administração das Companhias combinadas realizou um estudo sobre os benefícios da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) e concluiu que esses benefícios não são superiores aos custos de adoção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Os custos de ativos construídos pelas próprias Companhias combinadas incluem:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas /despesas operacionais no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

Gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados.

Os gastos com manutenção agrícola e industrial, incorridos no período de entressafra são levados ao imobilizado para serem apropriados ao custo de produção do açúcar e do etanol no decorrer da safra seguinte.

**(iii) Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que o Grupo econômico obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos e terra nua não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Edifícios e construções	Entre 25 e 26 anos
Maquinismos, instalações e equipamentos	Entre 3 e 29 anos
Veículos	Entre 12 e 14 anos
Máquinas e implementos agrícolas	Entre 8 e 16 anos
Móveis e utensílios	Entre 8 e 10 anos
Lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção)	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

#### **4.5 Ativos biológicos**

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda.

Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apurado na data de corte.

#### **4.6 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis que são adquiridos pelas Companhias combinadas e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

#### **4.7 Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

#### **4.8 Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

##### **(i) Ativos financeiros**

As Companhias combinadas avaliam a cada data de apresentação se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado.

Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele



evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, as Companhias combinadas podem mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros das Companhias combinadas, que não os ativos biológicos, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023, as Companhias combinadas não identificaram indicadores de que seus ativos estão registrados com valor acima do seu valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### **4.9 Benefícios a empregados**

##### ***Benefícios de curto prazo a empregados***

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se as Companhias combinadas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

#### **4.10 Provisões**

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se as Companhias combinadas tiverem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

#### **4.11 Receita operacional**

##### ***(i) Venda de produtos – Açúcar e etanol orgânicos e demais produtos orgânicos***

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimadas de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

##### ***(ii) Venda de produtos - açúcar e etanol***

As receitas auferidas e despesas incorridas pela Cooperativa são apropriadas ao resultado do exercício com base em rateio, definido de acordo com a produção das Companhias combinadas em relação às demais cooperadas, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986.

##### ***(iii) Venda de produtos - cana-de-açúcar, energia elétrica, bagaço de cana e levedura***

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, que as obrigações de desempenho do contrato com clientes tenham sido cumpridas, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

(iv) ***Venda de produtos - comercialização de lotes***

As receitas provenientes da comercialização de lotes são reconhecidas mediante instrumentos de venda e compra, quando da transferência de controle e riscos dos lotes vendidos.

**4.12 Receita financeira e despesa financeira**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

**4.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados, respectivamente, com base nas alíquotas de 15% (acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda) e 9% sobre o lucro tributável, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real, exceto as Companhias combinadas Agropecuária Iracema Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda., as quais optam, conforme facultado pela Lei nº9.430/96, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidentes sobre o lucro pelo regime de “Lucro Presumido”, de acordo com a sistemática de cálculo estabelecida pela Leis nº8.981/95 e 9.249/95.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados ao patrimônio líquido ou a outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação ao prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras combinadas.

Na determinação do imposto de renda correntes e diferidos as Companhias combinadas levam em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. As Companhias combinadas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada com relação a todos

os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam as Companhias combinadas a mudarem o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### **4.14 Aspectos ambientais**

As instalações de produção das Companhias combinadas e suas atividades industriais estão sujeitas às regulamentações ambientais. As Companhias combinadas diminuem o risco associado com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. As Companhias combinadas acreditam que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis, nos regulamentos em vigor.

As Companhias combinadas possuem certificações no sistema de gestão integrada e anualmente são realizadas auditorias pelo órgão certificador, visando a conformidade dos processos e operações. Em complemento, as Companhias combinadas recebem processos de auditorias e verificações específicas de agências governamentais e independentes, para requisitos específicos do governo e de clientes, além dos requisitos de certificações de segurança de alimentos, agricultura orgânica, comércio justo e de padrões socioambientais, que estão submetidos.

Assim, buscam, além da conformidade com padrões da qualidade de seus produtos, melhorias voltadas a sustentabilidade do negócio e cumprimento de sua política de gestão.

#### **4.15 Arrendamentos**

No início de um contrato, o Grupo Econômico Balbo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Se houver mais de um componente de arrendamento no contrato, o Grupo Econômico Balbo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Ao atendimento da norma, existem apenas contratos de arrendamentos de propriedades rurais, não havendo componentes a serem segregados, sendo contabilizados como um único componente.

### ***Como arrendatário***

O Grupo Econômico Balbo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento de terras na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustados pelas taxas dos respectivos contratos.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente de pagamentos de arrendamentos que não foram pagos na data da transição, descontados usando uma taxa nominal para cada período, baseada nas taxas de juros livres observadas por projeções de mercado (Nota 21).

O Grupo Econômico Balbo remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo de arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

O Grupo Econômico Balbo aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento dos contratos que incluem opção de renovação. A assertividade da avaliação se as Companhias combinadas podem exercer esta opção tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo do arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas nos contratos de arrendamento das Companhias combinadas.

As Companhias combinadas reconhecem o passivo dos pagamentos futuros trazidos a valor presente por uma taxa de juros incremental e em contrapartida reconhecer o direito de uso destes contratos como um ativo.

### ***Como arrendador***

As Companhias combinadas e suas coligadas não possuem contratos em que figurem como arrendadora, portanto não houve qualquer ajuste na contabilização dos seus ativos.

## **4.16 Ativos contingentes**

Quando for provável a entrada de benefícios econômicos, o Grupo divulga breve descrição da natureza dos ativos contingentes na data do balanço e, quando praticável, uma estimativa dos seus efeitos financeiros, mensurada usando os princípios estabelecidos para as provisões.

### ***Fixação de preços defasados***

O Poder Judiciário condenou a União a indenizar a Cooperativa, da qual as Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. são cooperadas, por danos causados a seus cooperados decorrentes da fixação de preços defasados em vendas de açúcar e etanol realizadas na década de 1980. Em julho de 2023, a Cooperativa realizou o levantamento da sexta parcela do primeiro precatório e da quinta parcela do segundo precatório e em março de 2024 realizou o levantamento da sexta parcela do segundo precatório e parcela única do terceiro precatório, sendo atribuído o Grupo, até 31 de março de 2024, o montante bruto de R\$ 326.978 (até 31 de março de 2023, R\$ 123.172), transferidos para o Grupo via PN66, deduzidos sobre este valor os custos de manutenção de processo, honorários advocatícios e retenção de PIS e COFINS, no montante de R\$ 63.559 (em 31 de março de 2023, R\$ 24.046), apresentado na nota 31, na rubrica Provisões e Despesas sobre Verba Indenizatória.

Paralelamente, a Cooperativa, propôs medida judicial objetivando afastar as exigências de PIS e COFINS sobre a verba indenizatória em questão, por entender não caracterizar receita tributável em nome daquela entidade.

Sobre a receita acima mencionada, recebida pelas Companhias combinadas, por também entender que o valor repassado pela Cooperativa se trata de verba indenizatória, a administração das Companhias combinadas propôs ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL sobre este valor, garantindo esta discussão mediante depósito judicial, e constituiu provisão para contingência de igual valor demonstrados nas notas 14 e 24.

### ***PIS e COFINS - Efeitos da IN 1.911/19***

As Companhias Combinadas Usina Santo Antonio S.A. e Usina São Francisco S.A. ingressaram em junho de 2010 com Ação Judicial perante a Justiça Federal, mediante Mandado de Segurança, pleiteando o direito ao aproveitamento de créditos de PIS e COFINS sobre todos os gastos incorridos na geração da receita tributável das Companhias Combinadas, ou, ao menos sobre aqueles gastos direta e indiretamente incorridos para a promoção das atividades produtivas do Grupo, afastando as vedações existentes na Lei 10.637/02 (PIS não-cumulativo) e Lei 10.833/03 (COFINS não-cumulativo) e aguarda o julgamento do referido MS.

No exercício de 2019, houve mudança no entendimento da SRF, publicado através da IN 1.911/19, que em resumo considera que os insumos essenciais e relevantes ao processo produtivo dariam direito ao crédito, momento em que passamos a nos creditar destes valores.

Para o período anterior a 2019 e até 2005, abrangidos pelo nosso MS, estamos efetuando o levantamento dos valores envolvidos de acordo com o entendimento dos conceitos de essencialidade e relevância previstos da IN 1.911/19, para posterior registro, e ainda aguardamos o julgamento do MS.

### ***Ação judicial sobre exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS***

Em maio de 2021, o Supremo Tribunal federal julgou os Embargos de Declaração opostos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional no RE 574.706, e, por maioria, acolheu, em parte, os embargos de declaração para modular os efeitos do julgado a partir de 15/03/2017, fixando a seguinte tese com repercussão geral “*O ICMS não compõe a base de cálculo par fins de incidência do PIS e da COFINS*”, ficando ressalvadas as ações judiciais e administrativas protocoladas até a data da sessão em que proferiu o julgamento (15/03/2017), sendo que, também, por maioria, prevaleceu o entendimento que se trata do ICMS destacado na nota fiscal.

As Companhias combinadas também discutiram judicialmente seu direito à exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS, em mandado de segurança, para o qual teve o trânsito em julgado de forma favorável a seu pleito. A administração, em conjunto com assessores internos e externos, através de Pedido de Habilitação de Crédito Decorrente de Decisão Judicial Transitada em Julgado, perante a SRF, obteve despacho de deferimento do Pedido de Habilitação, nos termos do artigo 103, incisos de I a V, da Instrução Normativa RFB nº 2.055/2021. Destaca-se que o mero deferimento do Pedido ora deferido, não se constitui em reconhecimento do direito creditório pleiteado ou homologação da compensação pretendida. Após o deferimento do Pedido de Habilitação, a Administração avalia com assessores externos a escrituração dos créditos, e a possibilidade de compensação com tributos federais administrados pela Receita Federal do Brasil.

Além disto, está sendo avaliado em conjunto com seus assessores jurídicos a possibilidade de discutir esta tese tributária mediante Ação Judicial, que envolve o ICMS contido na alíquota *Ad Rem* que tributa PIS e COFINS sobre venda de Etanol.

#### **4.17 Subvenção para investimentos**

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que as Companhias combinadas irão atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As Companhias combinadas destinam o valor dessa subvenção governamental até o limite do lucro líquido do exercício para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”. No caso de apurarem prejuízo no período ou o lucro líquido ser inferior à parcela decorrente de subvenções governamentais e, nesse caso, esta não puder ser destinada para a rubrica “Reserva para incentivos fiscais”, a transferência para a conta de “Reservas para incentivos fiscais” ocorrerá nos períodos subsequentes.

As subvenções e assistências governamentais tomadas pelas Companhias combinadas estão divulgadas na nota 13(iv) e nota 27c(iv) das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de março de 2024.

#### **4.18 Mudanças nas políticas contábeis materiais**

- a. *Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação***  
As Companhias combinadas adotaram o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de abril de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos, onde uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma entidade aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de março de 2024, em sua avaliação as Companhias combinadas não identificaram possíveis impactos relacionados
- b. *Imposto mínimo complementar global***  
As Companhias combinadas adotaram a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois.  
  
A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que as Companhias operam e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas.
- c. *Informação de políticas contábeis materiais***  
As Companhias combinadas também adotaram a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em

nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota 4 - Políticas contábeis materiais (2023: Políticas contábeis significativas) em determinados casos, de acordo com as alterações.

## **5 Determinação do valor justo**

Diversas políticas e divulgações contábeis das Companhias combinadas exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros, como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

### **(i) Os ativos biológicos e os respectivos produtos**

Ativos biológicos devem ser reconhecidos ao valor justo menos as despesas estimadas de venda.

A metodologia adotada pelas Companhias combinadas, para satisfazer a exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes às soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

### **(ii) Empréstimos e financiamentos**

Estão classificados como outros passivos financeiros e estão contabilizados pelos seus custos amortizados. O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

### **(iii) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. As Companhias combinadas usam seu julgamento para escolher métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

## **6 Novas normas, alterações e interpretações de normas**

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024 (no caso das Companhias combinadas em 1º de abril de 2024). As Companhias



combinadas não adotaram as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

**a. Classificação dos passivos como circulante e não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações CPC 26)**

As alterações, emitadas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 (no caso das Companhias combinadas em 1º de abril de 2024). Conforme divulgado na nota 20, as Companhias combinadas têm empréstimos bancários com garantia que estão sujeitos a *covenants* específicos. Embora os passivos estejam classificados como não circulantes em 31 de março de 2024, uma futura quebra dos *covenants* específicos, pode exigir que as Companhias combinadas liquidem os passivos antes das datas de vencimento contratuais. As Companhias combinadas estão avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações.

**b. Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)**

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024 (no caso das Companhias combinadas em 1º de abril de 2024).

As Companhias combinadas estão avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação.

**c. Outras normas contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2024	31/03/2023
Caixa e bancos	2.852	10.540
Aplicações financeiras	703.140	536.554
	<u>705.992</u>	<u>547.094</u>

O Grupo Econômico Balbo considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras do Grupo se refere a Certificado de Depósito Bancário e a remuneração varia entre 100% e 110% do CDI (em 31 de março de 2023 a remuneração variava entre 100% e 110% do CDI).

A exposição das Companhias combinadas a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

## 8 Contas a receber - Clientes

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Contas a receber – mercado interno (i)	54.503	46.586
Contas a receber – mercado externo (i)	51.252	31.549
Contas a receber - venda de lotes (ii)	<u>11.702</u>	<u>15.084</u>
	117.457	93.219
(-) Provisão para perdas esperadas	<u>(2.229)</u>	<u>(2.229)</u>
	115.228	90.990
Circulante	<u>106.326</u>	<u>79.455</u>
Não circulante	<u>8.902</u>	<u>11.535</u>

- (i) Corresponde aos direitos a receber por comercialização de produtos e coprodutos de produção própria.
- (ii) Refere-se a venda de lotes das Companhias combinadas Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Sicflia Empreendimentos Imobiliários Ltda.

A exposição a riscos de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

Os saldos em aberto são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado, inclusive referente aos saldos que a Usina São Francisco S.A. tem a receber, os quais possuem carta fiança para proteger grande parte do risco de perdas com esses saldos.

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Saldo inicial	(2.229)	(2.331)
(-) Reversão de provisão	<u>-</u>	<u>102</u>
	<u>(2.229)</u>	<u>(2.229)</u>

A análise de vencimentos dessas contas a receber está representada abaixo:

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
<b>A vencer</b>		
até 30 dias	34.386	22.542
de 31 até 90 dias	54.655	44.482
de 91 até 180 dias	2.257	1.772
acima de 180 dias	11.357	13.218
	102.655	82.014
<b>Vencidos</b>		
até 30 dias	9.620	5.164
de 31 até 90 dias	1.314	1.641
de 91 até 180 dias	599	1.223
acima de 180 dias	3.269	3.177
	14.802	11.205
	117.457	93.219

## 9 Contas a receber - Cooperativa

Correspondem aos valores a receber das operações com a Cooperativa, em conformidade com o disposto no Parecer Normativo CST n° 66, de 05 de setembro de 1986, que dispõe sobre o momento da apropriação da receita operacional no caso de faturamento por ato cooperativo, de acordo com a produção em relação às demais cooperadas.

A exposição a risco de taxas e análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentados na nota 25.

## 10 Estoques

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Produtos acabados entregues à Cooperativa		
Açúcar cristal	189	56
Produtos orgânicos		
Açúcar orgânico	31.604	60.479
Etanol orgânico	20.752	17.029
Outros produtos orgânicos	12.245	10.325
Levedura	58	-
Almoxarifado de materiais auxiliares, de manutenção e outros	35.007	32.399
	99.855	120.288

Os saldos de estoques são realizáveis e não há expectativas de perdas acima do montante já provisionado.

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Saldo inicial	(1.503)	(1.569)
Constituição de provisão	(138)	-
(-) Reversão de provisão	-	66
	(1.641)	(1.503)

## 11 Ativos biológicos

Os ativos biológicos de cana-de-açúcar são mensurados ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência.

	31/03/2024	31/03/2023
Saldo inicial	172.486	191.654
Aumentos decorrentes de tratos culturais	189.342	153.749
Reduções decorrentes da amortização	(172.486)	(191.654)
Mensuração no valor justo menos despesas estimadas de venda	<u>(11.587)</u>	<u>18.737</u>
Ativos biológicos no final do exercício	<u>177.755</u>	<u>172.486</u>

Para o atendimento do CPC 29 - Ativo biológico foi utilizado o cálculo do valor justo pelo método de fluxo de caixa futuro descontado nos ativos biológicos correspondentes a cana-de-açúcar em pé.

### Lavouras de cana-de-açúcar

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram. As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

<b>Usina Santo Antônio S.A.</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Área estimada de colheita (hectares)	13.849	13.295
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	93,96	95,00
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	133,25	135,21
Valor do Kg de ATR	1,2079	1,2382
WACC (a.a.)	7,88%	9,29%
<b>Usina São Francisco S.A.</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Área estimada de colheita (hectares)	10.557	9.941
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	88,00	85,00
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	139,31	137,02
Valor do Kg de ATR	1,3095	1,2269
WACC (a.a.)	7,83%	9,31%
<b>Usina Uberaba S.A.</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Área estimada de colheita (hectares)	18.211	17.400
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	112,30	101,88
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	125,45	132,34
Valor do Kg de ATR	1,1024	1,0652
WACC (a.a.)	7,34%	8,99%

O volume de produção de cana-de-açúcar a ser cortada e a sua produtividade, medida em toneladas e nível de concentração de açúcar - ATR, foram estimados considerando a média de produtividade projetada do canavial por idade de corte.

O valor do Kg de ATR é estimado com base em dados divulgados pelo Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (CONSECANA).

A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa corresponde ao custo médio de capital ponderado das Companhias combinadas, o qual é revisado anualmente pela administração.

Os custos estimados para esse tipo de cultura contemplam: custos necessários para que ocorra a transformação biológica da cana-de-açúcar (tratos culturais) até a colheita; custos com Colheita/Corte, Transbordo e Transporte (CCTT); custos de capital (equivalentes a parceria agrícola, arrendamento de terras, aquisição de máquinas e equipamentos); e impostos incidentes sobre o fluxo de caixa positivo.

O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras próprias ou de terceiros e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a raiz ("soqueira") continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente em média por mais cinco ou seis safras.

Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta de produção) e que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita.

As plantas de produção são classificadas no ativo imobilizado e não integram o valor justo dos ativos biológicos.

O valor justo do produto agrícola colhido é determinado pelas quantidades projetadas e valorizadas pela estimativa do preço da cana pelo método CONSECANA para a próxima safra.

O valor justo da cana-de-açúcar no momento da colheita passará a ser o custo da matéria-prima utilizada no processo produtivo de açúcar e etanol.

As Companhias combinadas estão expostas a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

### **Riscos de oferta e demanda**

As Companhias combinadas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar e demais produtos orgânicos. É feita a gestão desses riscos, alinhando o seu volume de produção para o abastecimento do mercado e da procura. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

### **Riscos climáticos e outros**

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios florestais, disponibilidade de recursos hídricos e outras forças naturais. Importante informar que tais riscos, podem impactar em algumas premissas utilizadas para dimensionar o valor contábil do ativo biológico.

Em relação a outros riscos que podem impactar os negócios relativos ao ativo biológico, podemos citar positivamente o Renovabio (vide nota 1.1) e as condições mercadológicas de oferta e demanda do produto.

Neste sentido, as Companhias combinadas têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares da situação da lavoura de cana-de-açúcar e o acompanhamento constante das mudanças de mercado.

### **Análise de sensibilidade do valor justo**

As Companhias combinadas Usina Santo Antonio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. avaliaram o impacto sobre o valor justo do ativo biológico em 31 de março de 2024, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos das seguintes variáveis: (i) preço da tonelada de cana-de-açúcar, e (ii) volume de produção de cana-de-açúcar. As demais variáveis de cálculo permanecem inalteradas. Dessa forma, uma variação (para mais ou para menos) de 5% no preço da tonelada de cana resultaria em um aumento ou redução de R\$ 19.668 no valor justo do ativo biológico. Com relação ao volume de produção, uma variação (para mais ou para menos) de 5% resultaria em um aumento ou redução de R\$ 12.532 no valor justo do ativo biológico.

## **12 Adiantamentos a fornecedores**

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Fornecedores de cana e parceria agrícola	105.819	101.043
Fornecedores diversos	<u>6.402</u>	<u>2.821</u>
	<u>112.221</u>	<u>103.864</u>

A cana-de-açúcar, matéria prima do etanol, quando do seu recebimento é atualizada pelo preço da tonelada de cana estabelecido pelo modelo definido no Conselho dos Produtores de Cana-de-açúcar do Estado de São Paulo – CONSECANA. A realização do valor adiantado ocorre durante safra 24/25, a qual se inicia em abril de 2024, com expectativa de término em novembro de 2024.

## **13 Impostos a recuperar**

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
ICMS – saldo credor corrente (i)	23.283	24.207
ICMS sobre aquisição de bens do imobilizado (ii)	20.659	16.219
PIS e COFINS (iii)	87.371	77.953
IR / CS saldo negativo (iv)	248.358	17.824
IRRF	8.673	5.152
IPI	10.920	8.708
Outros	<u>961</u>	<u>2.862</u>
	<u>400.225</u>	<u>152.925</u>
Circulante	351.376	95.053
Não circulante	48.849	57.872

- (i) A Companhia combinada Usina Uberaba S.A., com objetivo de atenuar os efeitos da elevação dos preços dos combustíveis fósseis e manter o diferencial de competitividade na comercialização de biocombustíveis, o governo estadual repassou aos produtores de etanol, crédito outorgado de ICMS, proveniente do auxílio financeiro distribuído pelo governo federal aos Estados, em decorrência da Emenda Constitucional nº 123 de 2022. Considerando que a incidência do ICMS sobre a circulação dos combustíveis (EHC e EAC) está diferida até o fechamento desta demonstração financeira, houve o acúmulo de créditos fiscais. Estima-se uma mudança a curto/médio prazo na legislação para novamente tributar estes produtos e assim possibilitar a compensação deste valor.

- (ii) A Companhia combinada Usina Uberaba S.A., por aprovação unânime do seu Conselho Administrativo, aprovou um plano de expansão de suas operações, que envolveu a aquisição de novos equipamentos industriais e veículos agrícolas. Ao adquirir estes bens, creditou-se do valor do ICMS destacado na nota fiscal (direito), os quais serão utilizados para compensação de débitos futuros da mesma natureza.
- (iii) O aumento do saldo credor das Contribuições para o PIS/Pasep e da COFINS, ocorreu em função da iniciativa do governo federal em estimular o consumo e a retomada da economia, reduzindo a zero as alíquotas destas contribuições no período de 06/2022 a 02/2023, incidentes sobre a comercialização do etanol, inclusive para fins carburantes, mantendo ao contribuinte o direito ao crédito sobre as aquisições dos insumos utilizados no processo produtivo. Outros fatores que contribuíram para o aumento do saldo credor, foram: i) a possibilidade de apropriação do “crédito presumido” do PIS e da COFINS sobre aquisição do óleo diesel combustível, pois no mesmo período sua comercialização estava sujeita à alíquota zero dessas contribuições; e, ii) possibilidade de registrar o crédito de forma imediata sobre a imobilização de equipamentos industriais.
- (iv) Valor proveniente da recomposição da base de cálculo do IR/CS tendo como fundamento o disposto no art. 10 da Lei Complementar 160/17 em conjunto com Art. 30 da Lei 12.973/14. No exercício findo em 31 de março de 2024, em continuidade a adoção do CPC 07 que trata sobre as Subvenções Governamentais, as Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. fizeram o reconhecimento dos efeitos das subvenções recebidas, notadamente aquelas relativas ao ICMS incidente sobre as vendas, tendo como fundamento: (i) Redução base de cálculo na venda de açúcar e produtos de confeitaria do capítulo 17 do NCM, conforme RICMS-SP 2000 Livro VI, Anexo II, Artigo 39, Inciso X, (ii) Diferimento venda etanol Anidro Combustível, conforme Art. 419 do RICMS-SP/2000 e respaldado pelo Convênio 110/07, (iii) Redução e isenção na base de cálculo do ICMS na venda de insumos agropecuários, conforme RICMS-SP/2000, Livro VI, Anexo I, Artigo 41, Inciso VII e respaldado pelo Convênio 100/97, (iv) Isenção do ICMS na venda de produtos para Zona Franca de Manaus, conforme Convênio ICMS 65/88, (v) Não tributação de ICMS na exportação de produtos, conforme Resolução Senado N° 22/89, (vi) “Diferimento do Álcool hidratado, conforme RICMS MG/2002, Anexo II Parte 1, item 36, “b”, (vii) Diferimento Álcool anidro, conforme RICMS MG/2002, Anexo II Parte 1, item 36, (viii) Diferimento de Vinhaça em acordo item 69 Parte 1 do Anexo II do RICMS/MG, (ix) Diferimento Bagaço de Cana previsto no item 70 da Parte 1 do Anexo II – RICMS/MG, (x) Isenção das saídas de mudas de Cana-de-açúcar, item 1 Parte 1 do Anexo I 0 RICMS/MG e (xi) Isenção das Saídas Cinzas conforme item 23 da Parte 7 do Anexo I - RICMS/MG, com respaldo ainda nos Convênios 110 e 190, ambos de 2017 publicados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, em consonância com o art. 10 da Lei Complementar 160/17 e art. 30 da lei 12.973/14, e (xii) Crédito Outorgado de ICMS as usinas produtoras de etanol hidratado combustível nos termos do Decreto MG nº 48.497/2022”, os quais basicamente dispõem que tais benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, desde que atendidos os requisitos de regularidade e constituição da reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido, cujas condições foram devidamente observadas pelas Companhias combinadas. Nesse exercício, foram apurados e reconhecidos os créditos líquidos decorrentes da recomposição do IRPJ e CSLL para o período extemporâneo de 2017 a 2023, proveniente de valores pagos a maior, pois à época não foi observada a exclusão de tais benefícios fiscais na apuração do lucro real. Assim, a Companhia para o fim específico da publicidade das demonstrações financeiras, reconheceu créditos extemporâneos diretamente no resultado do exercício, especificamente à crédito na conta de IRPJ e CSLL corrente e na conta de receita financeira. Ainda que o registro contábil dos créditos extemporâneos fora feito diretamente à conta de resultado do exercício (valor principal), a Companhia teve o devido cuidado para que fosse observada a constituição da Reserva de Incentivo Fiscal proveniente do Lucro Líquido do Exercício diretamente no Patrimônio Líquido, quando do encerramento do período, conforme pode-se observar no quadro das Mutações do Patrimônio Líquido e comentário na nota 27. Dessa forma, o reconhecimento de créditos extemporâneos no exercício findo em março de 2024, foi no montante de R\$ 230.480 (R\$ 184.817 principal e R\$ 45.663 juros) e constam representados no ativo como tributos a recuperar.

## 14 Depósitos judiciais

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Verba indenizatória ação de preços (i)	200.637	148.865
Outros	19.410	16.476
	220.047	165.341

- (i) As Companhias combinadas efetuaram depósitos judiciais tributários sobre verba indenizatória recebida (IAA – nota 4.16 – Ativo contingente), mediante ação judicial objetivando afastar as exigências do PIS, COFINS, IRPJ e CSLL. A provisão pertinente ao depósito judicial está evidenciada na nota 24.

## 15 Ativos e passivos fiscais diferidos

Em 31 de março de 2024 e 2023, as Companhias combinadas possuem imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos e créditos tributários sobre os seguintes valores base:

	Saldo em 31 de março de 2022	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2023	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2024
<b>Ativo não circulante</b>					
Prejuízos fiscais do imposto de renda	825	1.607	2.432	10.608	13.040
Base negativa da contribuição social	1.122	(258)	864	3.819	4.683
Provisão para contingências	1.220	-	1.220	-	1.220
Provisão para perdas esperadas	792	-	792	-	792
Provisão para estoques obsoletos	442	-	442	-	442
	<u>4.401</u>	<u>1.349</u>	<u>5.750</u>	<u>14.427</u>	<u>20.177</u>
<b>Passivo não circulante</b>					
Ativo biológico - CPC 29	(24.262)	17.892	(6.370)	10.310	3.940
Depreciação – ajuste por adoção CPC 27	(38.787)	1.071	(37.716)	1.808	(35.908)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	(2.041)	13	(2.028)	72	(1.956)
Valor justo investimentos	(11.776)	(16.314)	(28.090)	(5.890)	(33.980)
Depreciação acelerada incentivada	(69.732)	(2.696)	(72.428)	(17.271)	(89.699)
Outros	(561)	75	(486)	140	(346)
	<u>(147.159)</u>	<u>41</u>	<u>(147.118)</u>	<u>(10.831)</u>	<u>(157.949)</u>
	<u>(142.758)</u>	<u>1.390</u>	<u>(141.368)</u>	<u>3.596</u>	<u>(137.772)</u>

### Período estimado de realização dos créditos tributários

Fundamentadas nas expectativas de geração de lucros tributáveis futuros, reconheceu no ativo não circulante, em contrapartida do resultado do exercício, o imposto de renda e a contribuição social correspondentes sobre os direitos por prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa da contribuição social.

Estima-se recuperar a totalidade dos créditos tributários no próximo exercício. As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas quando da sua elaboração. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas projeções.

## 16 Outras divulgações sobre o fluxo de caixa

### a. Reconciliação da dívida líquida

	31/03/2024	31/03/2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	709.567	661.190
Passivo de arrendamento	48.881	59.392
Aquisições de ações de acionistas	89.733	93.911
Total da dívida	<u>848.181</u>	<u>814.493</u>
Caixa e equivalente de caixa	<u>(705.992)</u>	<u>(547.094)</u>
Total da dívida líquida	<u>142.189</u>	<u>267.399</u>



	<b>Empréstimos, financiamentos e debêntures</b>	<b>Arrendamentos</b>	<b>Aquisiçõe s de ações</b>	<b>Total da dívida</b>	<b>Caixa e equivalentes</b>	<b>Dívida líquida</b>
Dívida líquida em 31 de março de 2022	<u>822.064</u>	<u>73.695</u>	<u>89.588</u>	<u>985.347</u>	<u>(614.060)</u>	<u>371.287</u>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	2.624	-	-	2.624	-	2.624
Pagamentos - Principal	(169.398)	(18.105)	(4.538)	(192.041)	-	(192.041)
Pagamentos - Juros	(79.671)	-	-	(79.671)	-	(79.671)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	66.966	66.966
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	-	2.142	-	2.142	-	2.142
Juros provisionados	85.571	1.660	-	87.231	-	87.231
Atualização de aquisições de ações	-	-	<u>8.861</u>	<u>8.861</u>	-	<u>8.861</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2023	<u>661.190</u>	<u>59.392</u>	<u>93.911</u>	<u>814.493</u>	<u>(547.094)</u>	<u>267.399</u>
Movimentação que afetam o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	106.835	-	-	106.835	-	106.835
Pagamentos - Principal	(115.849)	(17.927)	(10.567)	(144.343)	-	(144.343)
Pagamentos - Juros	(63.803)	-	-	(63.803)	-	(63.803)
Outras movimentações de caixa	-	-	-	-	(158.898)	(158.898)
Movimentação que não afetam o fluxo de caixa:						
Aquisições/remensurações	43.355	6.230	-	49.585	-	49.585
Juros provisionados	77.839	1.186	-	79.025	-	79.025
Atualização de aquisições de ações	-	-	<u>6.389</u>	<u>6.389</u>	-	<u>6.389</u>
Dívida líquida em 31 de março de 2024	<u>709.567</u>	<u>48.881</u>	<u>89.733</u>	<u>848.181</u>	<u>(705.992)</u>	<u>142.189</u>

**b. Imobilizado**

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia adquiriu imobilizado ao custo total de R\$ 488.343. Pagamentos em caixa de R\$ 444.988 foram feitos para aquisição de imobilizado e R\$ 43.355 foram por meio de empréstimos e financiamentos.

**17 Investimentos**

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Ágio de investimentos em controladas e coligadas (i)	16.563	16.563
Copersucar S.A.	111.951	119.151
CTC - Centro Tecnologia Canavieira S.A.	1.120	1.120
União São Paulo S.A.	556	556
Outros investimentos avaliados ao custo	<u>284</u>	<u>166</u>
	<u>130.474</u>	<u>137.556</u>

- (i) Ágio na aquisição de ações das coligadas e controladas Usina Uberaba S.A. e Agropecuária Iracema S.A. A realização dar-se-á em eventual alienação ou pela sua redução ao valor recuperável (*impairment*).

## 18 Imobilizado

	Edifícios e construções	Maquinismo, instalações e equipamentos	Veículos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Manutenção de máquinas e equipamentos	Terras	Outros	Obras em andamento	Lavouras de cana-de-açúcar	Adiantamento a fornecedores	Total
Saldo em 31 de março de 2022	53.141	192.412	55.329	74.412	1.629	130.666	62.741	28.821	132.254	256.435	-	987.840
Adições	20	4.566	6.567	4.184	323	161.927	2.100	17.746	86.335	76.287	27.043	387.097
Alienações	-	(1)	(114)	(746)	(8)	-	-	(7)	-	-	-	(876)
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(147.827)	-	-	-	-	-	(147.827)
Transferências	11.972	75.733	5.201	8.473	9	-	-	576	(101.964)	-	-	-
Depreciação	(2.457)	(21.776)	(8.381)	(14.264)	(301)	-	-	(2.673)	-	(62.442)	-	(112.294)
Saldo em 31 de março de 2023	62.676	250.934	58.602	72.059	1.652	144.766	64.841	44.463	116.625	270.280	27.043	1.113.940
Custo total	103.330	566.666	136.908	143.873	5.939	1.112.595	64.841	72.782	116.625	739.219	27.043	3.089.820
Depreciação acumulada	(40.654)	(315.732)	(78.306)	(71.814)	(4.287)	(967.829)	-	(28.319)	-	(468.939)	-	(1.975.880)
Valor residual	62.676	250.934	58.602	72.059	1.652	144.766	64.841	44.463	116.625	270.280	27.043	1.113.940
Saldo em 31 de março de 2023	62.676	250.934	58.602	72.059	1.652	144.766	64.841	44.463	116.625	270.280	27.043	1.113.940
Adições	1	5.802	17.551	23.442	399	146.377	-	6.048	160.379	114.421	13.923	488.343
Alienações	(67)	(732)	(135)	(1.105)	(1)	-	(43)	(50)	-	-	(38.364)	(40.497)
Apropriação de gastos de entressafra	-	-	-	-	-	(159.025)	-	-	-	-	-	(159.025)
Transferências	3.452	27.718	4.800	9.762	300	-	-	388	(46.420)	-	-	-
Depreciação	(2.722)	(23.814)	(10.300)	(15.649)	(465)	-	-	(3.653)	-	(62.088)	-	(118.691)
Saldo em 31 de março de 2024	63.340	259.908	70.518	88.509	1.885	132.118	64.798	47.195	230.584	322.613	2.602	1.284.070
Custo total	106.716	599.454	159.124	175.972	6.637	1.258.972	64.798	79.167	230.584	853.640	2.602	3.537.666
Depreciação acumulada	(43.376)	(339.546)	(88.606)	(87.463)	(4.752)	(1.126.854)	-	(31.972)	-	(531.027)	-	(2.253.596)
Valor residual	63.340	259.908	70.518	88.509	1.885	132.118	64.798	47.195	230.584	322.613	2.602	1.284.070

### **Obras em andamento**

Refere-se, substancialmente a investimentos de reparo e melhoria nas Companhias combinadas, como: i) substituição de 03 aparelhos de etanol de hidratação/retificação de etanol orgânico para aumento de produção; melhoria no sistema de movimentação de bagaço; abertura de poços artesianos; acionamento da moenda para maior estabilidade e melhoria no processo de extração; construção depósito de agrotóxicos; construção de uma fábrica de levedura cujo início das atividades está previsto a partir da safra 24/25; equipamentos referente projeto atualização informática; aquisição de colhedoras de cana-de-açúcar; reposição de frota agrícola, caminhões, tratores, reboques, pivô central de irrigação, entre outros, os quais entrarão em operação a partir da Safra 24/25.

### **Valor recuperável do ativo imobilizado**

Durante os exercícios encerrados em 31 de março de 2024 e 2023 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

### **Garantia**

Em 31 de março de 2024, bens do ativo imobilizado com valor contábil de R\$ 87.319 (R\$ 97.566 em 31 de março de 2023) estão sujeitos a uma fiança registrada para garantir financiamentos bancários (Finame).

### **Depreciação**

A projeção das vidas úteis dos bens constantes do ativo imobilizado das Companhias combinadas foi estimada por empresa especializada, contratada para este fim, com experiência e competência profissional, objetividade e conhecimento técnico dos bens avaliados. Para a realização deste trabalho consideraram informações a respeito da utilização dos bens avaliados, mudanças tecnológicas ocorridas e em curso e ambiente econômico em que operam. Para o exercício encerrado em 31 de março de 2024, a avaliação da vida útil foi revisada internamente pela administração, com base no laudo dos especialistas, considerando o planejamento e peculiaridades dos negócios das Companhias combinadas. A vida útil estimada dos bens registrados no ativo imobilizado não teve mudanças significativas e está evidenciada na nota 4.4 (iii).

## **19 Fornecedores**

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Fornecedores de cana-de-açúcar	70.560	69.912
Fornecedores diversos	37.522	41.096
	<u>108.082</u>	<u>111.008</u>

A exposição aos riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar, a fornecedores e demais passivos é divulgada na nota 25.

## **20 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Essa nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição do Grupo econômico a risco de taxas de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja nota 25.

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Passivo circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (a)	129.827	128.514
Financiamentos Cooperativa (b)	1.777	-
	<u>131.604</u>	<u>128.514</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Empréstimos e financiamentos (a)	532.194	486.465
Financiamentos Cooperativa (b)	45.769	46.211
	<u>577.963</u>	<u>532.676</u>
	<u>709.567</u>	<u>661.190</u>

**a. Empréstimos, financiamentos e debêntures**

	Moeda	Vencimento	Taxa de juros	31/03/2024	31/03/2023
Nota de crédito de exportação (NCE)	R\$	01/2027	Juros de 1,15% a 2,20% a.a mais CDI	119.697	183.816
Cédula de crédito exportação (CCE)	R\$	09/2026	Juros de 1,33% a 3,16% a.a mais CDI	21.099	33.431
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros de 1,28% a 1,68% a.a mais CDI	13.135	18.413
Cédula de crédito bancário (CCB)	R\$	01/2027	Juros pré-fixados de 6,25% a.a	2.870	2.700
Custeio	R\$	06/2025	Juros pré-fixados de 6% a.a	3.823	5.738
FINAME	R\$	11/2028	Juros pré-fixados entre 2,5% a 5,5% a.a	4.482	5.972
FINAME	R\$	12/2029	Juros de 3,86% a 4,76% a.a mais TLP	67.430	80.755
FINAME	R\$	05/2039	Juros de 1,82% a 3% a.a mais Selic	55.135	7.701
Nota de crédito rural (NCR)	R\$	09/2023	Juros de 2,70% a.a mais CDI	-	3.763
Cédula de Produtor Rural (CPR-F)	R\$	01/2027	Juros de 1,33% a 2,33% a.a mais CDI	171.899	78.799
Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) (i)	R\$	07/2028	Juros de 2,47% a.a mais CDI	119.542	114.541
Debêntures (ii)	R\$	08/2028	Juros de 1,5% a.a mais CDI	82.909	79.352
				<u>662.021</u>	<u>614.979</u>
Circulante				<u>129.827</u>	<u>128.514</u>
Não circulante				<u>532.194</u>	<u>486.465</u>

- (i) Certificado de recebíveis do agronegócio (CRA) está totalmente atrelado a IPCA + 6,2932% a.a. A operação está indexada a DI+ 2,47% a.a. via contrato de *Swap*.
- (ii) Em 20 de agosto de 2021, foi celebrado o Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, pela Companhia. A emissão foi realizada no montante total de R\$ 70.000 (setenta milhões de reais) remunerada a IPCA + 5,55% a.a. A emissão foi realizada nos termos da Lei nº 6.404 e Instrução CVM 476, dispensando o registro de oferta pela CVM e Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”). As debêntures terão prazo de liquidação de 7 anos, contados da data de emissão que para todos os fins legais é 15 de agosto de 2021, portanto, vencimento em 15 de agosto de 2028, sendo as parcelas amortizadas anualmente, com o primeiro vencimento em 15 de agosto de 2025. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, com o primeiro vencimento em 15 de fevereiro de 2022. A operação está indexada a DI+ 1,50% a.a. via contrato de *Swap*.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	31/03/2024	31/03/2023
Safra 24/25	-	102.022
Safra 25/26	165.455	145.484
Safra 26/27	139.860	118.513
Safra 27/28	86.511	64.889
Safra 28/29 a 31/32	140.368	55.557
	<u>532.194</u>	<u>486.465</u>

As Companhias combinadas têm algumas obrigações contratuais em vigor (“*covenants*”) decorrentes dos financiamentos como limites de endividamento, geração de caixa, performance financeira e outros.

**Garantias**

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias avais de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos. Veja nota 18.

**b. Financiamentos Cooperativa**

Correspondem a recursos repassados pela Cooperativa, com a seguinte composição:

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Repasse de recursos (Selic)	29.630	26.371
Adiantamentos - Cooperativa - Sem correção	<u>17.916</u>	<u>19.840</u>
	<u>47.546</u>	<u>46.211</u>
Circulante	<u>1.777</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u><u>45.769</u></u>	<u><u>46.211</u></u>

**21 Passivo de arrendamento e direito de uso**

Os resultados apurados relativos ao direito de uso e passivo de arrendamento, os prazos contratuais e taxas incrementais de desconto utilizadas, estão adiante descritos:

**Ativo de direito de uso**

A movimentação de saldos do ativo de direito de uso é evidenciada abaixo:

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Saldos iniciais	65.356	79.697
Ajuste por remensuração	6.230	2.142
Despesa de depreciação	<u>(16.953)</u>	<u>(16.483)</u>
Saldos finais	<u><u>54.633</u></u>	<u><u>65.356</u></u>

**Passivos de arrendamento**

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Saldos iniciais	59.392	73.694
Ajuste por remensuração	6.230	2.142
Pagamentos	(17.927)	(18.105)
Juros provisionados	<u>1.186</u>	<u>1.661</u>
Saldos finais	<u><u>48.881</u></u>	<u><u>59.392</u></u>
Circulante	<u>16.457</u>	<u>16.745</u>
Não circulante	<u><u>32.424</u></u>	<u><u>42.647</u></u>

**Divulgações adicionais**

O Grupo Econômico Balbo estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas levando em consideração os prazos dos contratos.

## Contratos por prazo e taxas de desconto

Prazos	Taxa % a.a.
02 anos	5,14%
03 anos	5,37%
04 anos	5,56%
05 anos	5,79%

O Grupo Econômico Balbo apresenta, no quadro abaixo, a análise de seus contratos com base nas datas de vencimento. Os valores estão apresentados com base nas prestações não descontadas:

## Maturidade dos contratos

Ano safra	31/03/2024	31/03/2023
Safra 2023/2024	-	16.744
Safra 2024/2025	16.457	15.577
Safra 2025/2026	16.457	15.577
Safra 2026/2027	16.457	15.577
Safra 2027/2028 em diante	2.464	703
	<u>51.835</u>	<u>64.178</u>
Valores não descontado	<u>51.835</u>	<u>64.178</u>
Ajuste a valor presente	<u>(2.954)</u>	<u>(4.786)</u>
<b>Saldos finais</b>	<u><u>48.881</u></u>	<u><u>59.392</u></u>

## 22 Impostos e contribuições a recolher

	31/03/2024	31/03/2023
INSS a recolher	11.938	8.476
Outros impostos a recolher	6.723	8.372
	<u>18.661</u>	<u>16.848</u>
Circulante	10.911	10.830
Não circulante	7.750	6.018

## 23 Demais passivos

	31/03/2024	31/03/2023
Dividendos a pagar	2.706	1.404
Adiantamento de clientes	337	6.598
Aquisição de ações de acionistas (i)	89.733	93.911
Provisão parte crédito presumido ICMS (ii)	3.130	1.818
Outros	3.827	5.408
	<u>99.733</u>	<u>109.139</u>
Circulante	21.629	25.186
Não circulante	78.104	83.953

- (i) Aquisição de ações de acionistas: Por se tratar de instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos, as ações em tesouraria são reconhecidas ao custo de aquisição e reconhecidos em conta redutora do Patrimônio Líquido.

Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios das Companhias combinadas.

Em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019, as Companhias combinadas adquiriram no exercício findo em 31 de março de 2022, ações de alguns acionistas (ações em tesouraria) no montante de R\$ 58.266, cujo saldo a pagar será liquidado até 2031. Novas transações poderão ocorrer no futuro à medida que haja interesse dos acionistas em vender suas ações para as Companhias combinadas nos termos definido na política de compra.

- (ii) Na apuração dos créditos de ICMS, a Companhia combinada Usina Uberaba S.A. adota a metodologia do cálculo presumido, conforme previsão legal, no importe 2,50% sobre comercialização de seus produtos. Deste percentual, 0,40% deve ser destinado a obras de infraestrutura no Estado, nos termos Protocolo de Intenções nº 016/2018.

## 24 Provisão para contingências

	31/03/2024	31/03/2023
Trabalhistas	2.831	2.831
Tributárias (i)	279.213	149.121
Cíveis	13	13
Ambientais	487	487
	<u>282.544</u>	<u>152.452</u>

- (i) Constituiu-se provisão para contingências de natureza tributária referente aos depósitos judiciais sobre verba indenizatória recebida (IAA - nota 4.16 – Ativo contingente). O depósito judicial está evidenciado na nota 14.

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2022	2.831	100.151	13	487	103.482
Constituição de provisão	-	48.970	-	-	48.970
Em 31 de março de 2023	2.831	149.121	13	487	152.452
Constituição de provisão	-	130.092	-	-	130.092
Em 31 de março de 2024	<u>2.831</u>	<u>279.213</u>	<u>13</u>	<u>487</u>	<u>282.544</u>

### Passivos contingentes

Há contingências passivas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Seguem os valores das contingências que foram consideradas pelos assessores jurídicos como possível o risco de perda:

	Trabalhistas	Tributárias / Previdenciárias	Cíveis	Ambientais	Total
Saldo em 31 de março de 2023	12.368	94.471	60	6.660	113.559
Saldo em 31 de março de 2024	13.302	93.556	353	8.014	115.225

## 25 Instrumentos financeiros

### Gerenciamento de risco financeiro

As Companhias combinadas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de risco e gerenciamento do capital.

### **Estrutura de gerenciamento de risco**

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais estão expostas, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e suas atividades. Por meio de treinamentos e procedimentos de gestão, buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

### **Risco de crédito**

Risco de crédito é o risco de se incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo. A gestão do risco de crédito em relação a clientes, no que pertence ao negócio açúcar e etanol convencional é centrada no relacionamento formalizado com suas controladas e com a Cooperativa. Para os negócios de açúcar e álcool orgânico, levedura e energia elétrica, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente da carteira em aberto.

De forma geral, os direcionamentos dos negócios são tratados em reuniões da alta direção para tomadas de decisões, acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados.

### **Exposição a riscos de crédito**

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

<b>Ativos</b>	<b>Nota</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Caixa e equivalentes de caixa	7	705.992	547.094
Títulos de capitalização		-	598
Contas a receber – Clientes	8	115.228	90.990
Contas a receber - Cooperativa	9	125.594	148.238
Demais ativos		7.441	5.868
Instrumentos financeiros derivativos	25	21.468	10.941
		<u>975.723</u>	<u>803.729</u>

Os saldos apresentados acima não apresentam uma concentração relevante, que possam deixar o risco de crédito significativo.

Os saldos de “Caixa e equivalentes de caixa”, demonstrado na nota 7, são mantidos em instituições financeiras de primeira linha.



### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que as Companhias combinadas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração de liquidez é de garantir que sempre haja a liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar sua reputação.

As Companhias combinadas trabalham alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo a cumprir suas obrigações nos prazos acordados.

A seguir, estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

<b>31/03/2024</b>				
	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	705.992	-	-	-
Contas a receber - Clientes	106.326	8.902	-	-
Contas a receber - Cooperativa	44.155	81.439	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	21.468	-	-	-
Demais ativos	3.453	3.988	-	-
	<u>881.394</u>	<u>94.329</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	108.082	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	272.812	286.296	266.366	47.098
Financiamentos - Cooperativa	1.777	45.769	-	-
Passivos de arrendamento	16.457	16.457	18.921	-
Demais passivos	22.292	26.772	38.401	12.931
	<u>420.420</u>	<u>375.295</u>	<u>323.688</u>	<u>60.029</u>
<b>31/03/2023</b>				
	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 - 2 anos</b>	<b>2 - 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	547.094	-	-	-
Títulos de capitalização	598	-	-	-
Contas a receber - Clientes	79.455	11.535	-	-
Contas a receber - Cooperativa	98.175	50.063	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	10.941	-	-	-
Demais ativos	2.607	3.261	-	-
	<u>738.870</u>	<u>64.859</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivos</b>				
Fornecedores	111.008	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	245.012	295.275	279.753	-
Financiamentos - Cooperativa	-	46.211	-	-
Passivos de arrendamento	16.745	15.577	31.857	-
Instrumentos financeiros derivativos	2.987	-	-	-
Demais passivos	18.588	30.335	31.577	22.041
	<u>394.340</u>	<u>387.399</u>	<u>343.187</u>	<u>22.041</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade, possam ocorrer mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Os saldos passivos de curto prazo serão liquidados com os saldos ativos de curto prazo e pela geração de caixa durante o exercício.

### Classificação dos instrumentos financeiros

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras das Companhias combinadas, conforme quadros abaixo:

	<b>31/03/2024</b>		
	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo Nível 2</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	2.852	703.140	703.140
Contas a receber - Clientes	115.228	-	-
Contas a receber - Cooperativa	125.594	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.468	21.468
Demais ativos	7.441	-	-
	<u>251.115</u>	<u>724.608</u>	<u>724.608</u>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	108.082	-	-
Empréstimos e financiamentos	662.021	-	674.495
Financiamentos - Cooperativa	47.546	-	-
Passivos de arrendamento	48.881	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Demais passivos	99.396	-	-
	<u>965.926</u>	<u>-</u>	<u>674.495</u>
		<b>31/03/2023</b>	
	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Valor justo Nível 2</b>
<b>Ativos</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	10.540	536.554	536.554
Títulos de capitalização	598	-	-
Contas a receber - Clientes	90.990	-	-
Contas a receber - Cooperativa	148.238	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	10.941	10.941
Demais ativos	5.868	-	-
	<u>256.234</u>	<u>547.495</u>	<u>547.495</u>
<b>Passivos</b>			
Fornecedores	111.008	-	-
Empréstimos e financiamentos	614.979	-	610.141
Financiamentos - Cooperativa	46.211	-	-
Passivos de arrendamento	59.392	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.987	2.987
Demais passivos	102.513	-	-
	<u>934.103</u>	<u>2.987</u>	<u>613.128</u>

### **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

#### **a. Risco de volatilidade no preço de produtos fabricados**

As Companhias combinadas estão expostas ao risco de mudanças nos preços de seus produtos fabricados, como açúcar e etanol, convencionais e orgânicos. Em relação a *comodities* de açúcar, com o objetivo de proteção do preço em condições favoráveis de mercado, a Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. já pré-fixou o equivalente 41% da estimativa de produção da safra 24/25. Em relação à safra 25/26, não realizou fixações e mantém constante monitoramento das variações de preços que estão ocorrendo no mercado interno e externo para eventual proteção do valor de seu produto. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 24/25.

Em relação ao açúcar orgânico, em parte dos recebimentos, a Companhia combinada Usina São Francisco S.A. opera com *hedge* de proteção cambial para o mercado externo. No mercado interno não há histórico de perda dos preços praticados. Em relação ao etanol orgânico, há uma demanda identificada e contratada, aliado ao monitoramento de aumento da demanda de álcool orgânico no mercado externo. Em relação ao etanol, vem acompanhando os preços no mercado interno e projeta sua recuperação ao longo da safra 24/25.

#### **b. Risco de taxa de juros e análise de sensibilidade**

O Grupo está exposta a risco de taxa de juros pós-fixadas, tanto para suas aplicações financeiras como para suas operações de empréstimos e financiamentos.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam a exposição máxima do risco de taxa de juros. A exposição máxima do risco de taxa de juros, na data das demonstrações financeiras são:

	<b>Nota</b>	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
<b>Ativo</b>			
Aplicações financeiras	7	703.140	536.554
<b>Passivo</b>			
Empréstimos e financiamentos	20	(680.474)	(296.547)
Instrumentos financeiros derivativos ativo	25	21.468	10.941
Instrumentos financeiros derivativos passivo	25	-	(2.987)

Para a análise de sensibilidade de exposição de taxa de juros e de câmbio, o Grupo utiliza cenários para avaliar as posições ativas e passivas, considerando curvas de juros com variações de 25% e 50% de stress. O Grupo entende que esses percentuais atendem sua necessidade, já que a exposição é basicamente risco de taxa de juros e possui baixa volatilidade.

O cenário provável adotado pela administração reflete as projeções de mercado para o próximo exercício.

	31/03/2024	Risco	%	Provável valor	Cenários							
					Aumento do índice em 25% valor		Aumento do índice em 50% valor		Redução do índice em 25% valor		Redução do índice em 50% valor	
					%	valor	%	valor	%	valor	%	valor
<b>Ativos financeiros</b>												
Aplicações financeiras	703.140	CDI	10,99%	77.245	13,73%	96.556	16,48%	115.867	8,24%	57.933	5,49%	38.622
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>703.140</b>			<b>77.245</b>		<b>96.556</b>		<b>115.867</b>		<b>57.933</b>		<b>38.622</b>
<b>Passivos financeiros</b>												
Financiamentos - Finame	(67.430)	TLP	8,00%	(5.396)	10,00%	(6.746)	12,00%	(8.095)	6,00%	(4.047)	4,00%	(2.698)
Financiamentos - Finame	(55.135)	SELIC	12,94%	(7.134)	16,17%	(8.918)	19,41%	(10.702)	9,70%	(5.351)	6,47%	(3.567)
Financiamentos - Cooperativa	(29.630)	SELIC	10,75%	(3.185)	13,44%	(3.981)	16,13%	(4.778)	8,06%	(2.389)	5,38%	(1.593)
Financiamentos - NCE/CPRF/CCE/CC B	(325.829)	CDI	12,86%	(41.913)	16,08%	(52.392)	19,30%	(62.870)	9,65%	(31.435)	6,43%	(20.957)
Financiamentos - Debêntures / CRA	(202.451)	IPCA	5,99%	(12.121)	7,48%	(15.152)	8,98%	(18.181)	4,49%	(9.090)	2,99%	(6.060)
Financiamentos - Derivativos	21.468	CDI	14,26%	3.061	17,82%	3.825	21,39%	4.591	10,69%	2.296	7,13%	1.530
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>(659.007)</b>			<b>(66.689)</b>		<b>(83.362)</b>		<b>(100.033)</b>		<b>(50.016)</b>		<b>(33.345)</b>
<b>Total</b>				<b>10.556</b>		<b>13.193</b>		<b>15.834</b>		<b>7.918</b>		<b>5.277</b>
<b>Impacto no resultado e no PL</b>						<b>2.638</b>		<b>5.278</b>		<b>(2.638)</b>		<b>(5.278)</b>

### ***Instrumentos financeiros derivativos***

Em 31 de março de 2024, os valores de referência (*notional*) dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swap* vinculados, correspondiam a R\$ 202.451, (em 31 de março de 2023 correspondiam a R\$ 213.569).

Os instrumentos financeiros derivativos (*swaps*) contratados têm o objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra variações cambiais e taxa Libor convertendo esta exposição para R\$ e CDI flutuante e, troca da exposição de taxa pré-fixada para taxa CDI flutuante mais spread. Além desta proteção, essa estrutura permite uma otimização do custo de captação.

Em 31 de março de 2024, os valores de referência dos instrumentos derivativos de *swaps* correspondiam a um direito de R\$ 21.468 (em 31 de março de 2023 correspondiam a um direito de R\$ 10.941 e uma obrigação de R\$ 2.987).

Logo, o valor de referência líquido dos contratos de empréstimos que possuem instrumentos de *swaps* vinculados correspondia, em 31 de março de 2024, ao valor de R\$ 180.983 (em 31 de março de 2023 correspondia a R\$ 205.615).

Para os *hedges* de câmbio referente a exportação de açúcar orgânico, os instrumentos financeiros derivativos foram designados como proteção de fluxos de caixa das vendas futuras em moeda estrangeira. Estes *hedges* são contratados mediante contratação de “Termos de Moeda” (NDFs).

	31/03/2024		31/03/2023	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contratos <i>SWAP</i> (i)	21.468	-	10.941	2.987
	21.468	-	10.941	2.987

(i) Considera o total dos *SWAPs* - dólar para reais e taxa pré para pós.

O resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos e contratos de *swaps*, durante o exercício foi uma receita de R\$ 1.265 (em 31 de março de 2023 correspondia a uma despesa de R\$ 2.715).

### Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Instrumentos de taxa fixa</b>		
Passivos financeiros	11.175	13.351
<b>Instrumentos de taxa variável</b>		
Ativos financeiros	703.140	536.554
Passivos financeiros	680.476	627.999

### Gerenciamento do capital

Os objetivos das Companhias combinadas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Uma das práticas da administração na gestão do seu endividamento com objetivo de melhorar as condições de captações é a utilização dos instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem financeira (inclui financiamentos Cooperativa) em 31 de março de 2024 e de 2023 podem ser assim sumarizados:

	31/03/2024	31/03/2023
(+) Empréstimos, financiamentos e debêntures	709.567	661.190
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(705.992)	(547.094)
(+ / -) Instrumentos financeiros derivativos	(21.468)	(7.954)
(=) Dívida líquida (A)	(17.893)	106.142
Total do patrimônio líquido (B)	2.003.775	1.533.203
Total do capital (A + B)	1.985.881	1.639.345
Índice de alavancagem financeira - % (A) / (A+B)	(1)	6

## Classificações contábeis e valores justos

### *Valor justo versus valor contábil*

Para todas as operações apresentadas como ativos e passivos financeiros, a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, não gerando grandes oscilações entre eles.

### *Impairment de ativos financeiros*

Todos os ativos financeiros não apresentam indicadores de perda do valor recuperável.

### **Garantias**

Para os empréstimos tomados são concedidos como garantias aval de Companhias coligadas e controladas e os bens adquiridos com os recursos.

## 26 Partes relacionadas

### a. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal chave da administração é composto pela Diretoria eleita por ocasião da Assembleia Geral Ordinária com mandato de três anos. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da administração durante o exercício a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 18.368 (R\$ 18.370 em 31 de março de 2023). Não há concessão ao pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

### b. Outras operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas compreendem adiantamentos para futuro aumento de capital, dividendos a pagar aos acionistas e aquisição de ações em tesouraria.

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Passivo circulante</b>		
Dividendos a pagar		
Dividendos a pagar	3.260	1.906
Adiantamento para futuro aumento de capital		
Acionistas	1.320	1.320
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	<u>12.801</u>	<u>10.596</u>
	<u>17.381</u>	<u>13.822</u>
<b>Passivo não circulante</b>		
Aquisição de ações em tesouraria		
Acionistas	76.932	83.315
<b>Compra de cana-de-açúcar</b>		
Partes relacionadas	51.242	41.753

### c. Contrato de fornecimento

- As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem contrato de exclusividade de fornecimento de açúcar e etanol convencional junto a Cooperativa, pelo prazo de três anos safras, sendo o contrato renovado a cada safra.

- As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. também são intervenientes garantidoras das operações de venda de açúcar e etanol correspondentes ao contrato firmado pela Cooperativa junto a Copersucar S.A., o qual tem caráter de exclusividade, assegurando diretamente e indiretamente, benefícios e vantagens financeiras e mercadológicas. Os fatores de risco de preço desse contrato são os indicadores CEPEA/ESALQ para os mercados interno e externo.
- A Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. possui contrato de exclusividade de fornecimento de cana-de-açúcar orgânica, junto a Companhia combinada Usina São Francisco S.A., com prazo até a safra 25/26 realizado em condições específicas definidas em contrato entre as partes.

## **27 Patrimônio líquido**

No contexto das demonstrações financeiras combinadas, as rubricas que compõe o patrimônio líquido (capital social, reservas de lucros, dentre outras) estão apresentadas em apenas um item denominado patrimônio líquido. Esta nomenclatura segue também nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

As informações desta nota são derivadas das informações financeiras da Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A., Usina Uberaba S.A. (consolidado), Agropecuária Iracema Ltda., PHB Industrial S.A., Native Produtos Orgânicos Comercial Importadora e Exportadora Ltda., Vicenza Empreendimentos Imobiliários Ltda., Vila Sicília Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Vila Messina Empreendimentos Imobiliários Ltda. Dessa forma, conforme apresentado na nota 3, estas demonstrações financeiras combinadas do Grupo Econômico Balbo não representam as demonstrações financeiras individuais destas entidades.

### **a. Capital social**

O capital social está representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Em 28 de julho de 2023 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor total de R\$ 230.871, decorrente de deliberação assemblear.

Em 29 de julho de 2022 foi proposto e aprovado a integralização e o aumento de capital social das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. no valor total de R\$ 208.221, decorrente de deliberação assemblear.

### **b. Ações em tesouraria**

Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 não houve novas aquisições de ações de acionistas. Até 31 de março de 2023 haviam sido adquiridas 200.837 ações da Companhia combinada Usina Santo Antônio S.A. e 69.570 ações da Companhia combinada Usina São Francisco S.A. de acordo com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”.

**c. Reservas**

**(i) Reserva legal**

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**(ii) Reserva de lucros para aquisição de ações**

Constituída com o objetivo de formação de valor para utilização em eventual compra de ações de acionistas da sociedade, em conexão com a “Política de Aquisição de Ações de Acionistas da Usina Santo Antônio S.A. e Usina São Francisco S.A. – Grupo Econômico Balbo”, aprovada por acionistas em 01 de fevereiro de 2019. Durante o exercício encerrado em 31 de março de 2024 não foi feita reserva de lucros para aquisição de ações (2023 - R\$ 91.667). (Nota 23)

**(iii) Reserva reflexa de investida**

Subvenções Governamentais relativas ao ICMS incidente sobre as vendas da investida Usina Uberaba S.A.

**(iv) Reserva de incentivos fiscais**

O montante desta rubrica refere-se aos incentivos fiscais classificados como subvenção para investimentos, também descritos na nota 12 (i), constituídos em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no período e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No período findo em 31 de março de 2024, as Companhias combinadas constituíram reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios fiscais de ICMS reconhecidos extemporaneamente referente ao período de 2017 a 2023, no montante de R\$ 81.863 (líquido do efeito da realização de dividendos e aumento de capital).

**d. Dividendos e distribuição dos lucros acumulados**

Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório de 0,5% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, em cada entidade individual.

Em assembleia dos acionistas realizada em 28 de julho de 2023 foi deliberada distribuição de dividendos no montante de R\$ 10.722 e na assembleia em 29 de julho de 2022, R\$ 15.630.

**28 Receita operacional líquida**

As receitas operacionais são compostas substancialmente pela venda de açúcar, açúcar orgânico, etanol, etanol orgânico, produtos orgânicos de varejo, energia elétrica, derivados de levedura, bagaço de cana-de-açúcar e prestação de serviços agrícolas, praticadas no mercado interno e externo.



Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Açúcar	635.143	448.390
Açúcar orgânico	325.110	254.629
Etanol	840.483	931.913
Etanol orgânico	91.419	80.832
CBIOS	27.780	32.296
Outros produtos orgânicos	41.799	37.648
Derivados de levedura	16.267	14.346
Cana-de-açúcar	4.760	3.092
Energia elétrica	15.925	45.398
Venda de lotes	782	2.285
Serviços prestados	4.068	6.769
Bagaço da cana	5.626	8.562
Combustíveis e lubrificantes	2.611	2.917
Outras vendas	14.904	17.285
	<b>2.026.676</b>	<b>1.886.362</b>
Receita bruta		
	<b>2.026.676</b>	<b>1.886.362</b>
(-) Impostos sobre vendas	(147.005)	(121.213)
(-) Devoluções e abatimentos	(4.700)	(5.010)
	<b>(151.705)</b>	<b>(126.223)</b>
	<b>1.874.971</b>	<b>1.760.139</b>

## 29 Custo de produção

O custo de produção das Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. é composto substancialmente por matéria prima (cana-de-açúcar), depreciação de máquinas e equipamentos e da lavoura, prestação de serviços por terceiros, mão de obra e encargos sociais, amortização de tratos culturais e de manutenção entressafra, as quais em conjunto perfazem aproximadamente 98% do total do custo de produção dos produtos acabados.

## 30 Despesas operacionais por natureza

	<b>31/03/2024</b>	<b>31/03/2023</b>
Despesa com pessoal	(73.229)	(65.342)
Depreciação e amortização	(1.919)	(1.366)
Despesa com comercialização Cooperativa	(7.626)	(7.879)
Despesa com comercialização - orgânicos	(45.214)	(30.430)
Serviços de terceiros pessoa jurídica	(37.318)	(24.270)
ICMS Subst. Tributária e outras operações	(4.498)	(5.746)
Fretes, carretos, transportes e armazenagem	(53.326)	(36.080)
Outras despesas	(33.090)	(28.297)
	<b>(256.220)</b>	<b>(199.410)</b>
	<b>(256.220)</b>	<b>(199.410)</b>
<b>Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função</b>		
Vendas	(139.281)	(104.471)
Administrativas e gerais	(116.939)	(94.939)
	<b>(256.220)</b>	<b>(199.410)</b>
	<b>(256.220)</b>	<b>(199.410)</b>

### 31 Outras receitas operacionais, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Outras receitas operacionais</b>		
Outras receitas operacionais - Cooperativa	1.628	1.790
Valor recebido na alienação de ativo imobilizado	4.654	11.576
Receita verba indenizatória (Nota 4.16)	326.978	123.172
Dividendos	237	268
Ganho por variação patrimonial em investida	17.324	47.982
Receita crédito outorgado ICMS	-	21.267
Outras receitas operacionais	<u>3.277</u>	<u>2.124</u>
	<u>354.097</u>	<u>208.179</u>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Outras despesas operacionais - Cooperativa	(9.210)	(7.320)
Custo na alienação de imobilizado	(1.598)	(876)
Provisões e despesas sobre verba indenizatória (Nota 4.16)	(63.559)	(24.046)
Outras despesas operacionais	<u>(1.851)</u>	<u>(1.924)</u>
	<u>(76.217)</u>	<u>(34.166)</u>
	<u>277.880</u>	<u>174.013</u>

### 32 Despesas financeiras e cambiais, líquidas

	31/03/2024	31/03/2023
<b>Receitas financeiras</b>		
Operações Cooperativa – PN 66	2.365	2.060
Juros aplicações financeiras	46.018	60.076
Juros demais operações e outros	51.823	16.400
Resultado positivo com instrumentos derivativos	<u>1.265</u>	<u>-</u>
	<u>101.471</u>	<u>78.536</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Operações Cooperativa – PN 66	(1.816)	(3.309)
Juros apropriados sobre financiamentos	(78.932)	(82.890)
Juros passivos de arrendamento	(1.186)	(1.660)
Atualização de aquisição de ações	(6.389)	(8.861)
Descontos concedidos e outros	(11.055)	(9.386)
Resultado negativo com instrumentos derivativos	<u>-</u>	<u>(2.715)</u>
	<u>(99.296)</u>	<u>(108.821)</u>
<b>Variação cambial</b>		
Variação cambial, líquida	<u>(396)</u>	<u>957</u>
	<u>1.779</u>	<u>(29.328)</u>

### 33 Compromissos

As Companhias combinadas estabelecem compromissos diversos no curso normal de suas atividades. Abaixo estão aqueles que merecem destaque:

#### Compromisso de venda

Na data das demonstrações financeiras as Companhias combinadas têm o compromisso de comercialização para safras futuras, de açúcar, etanol e energia elétrica.

### **Compras de insumos**

As Companhias combinadas constantemente celebram contratos de compra para aquisição de insumos agrícolas com o objetivo de garantir a entrega destes para utilização na manutenção de suas lavouras ao longo da safra. Referida operação geralmente é realizada por meio de compra para entrega futura.

### **Compras de cana-de-açúcar**

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. possuem diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga é determinada para cada período de colheita ao término de tal período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotado pela CONSECANA.

## **34 Cobertura de seguros**

As Companhias combinadas Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A. adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de março de 2024, a cobertura de seguros era feita conforme abaixo:

<b>Riscos cobertos</b>	<b>Cobertura máxima (i)</b>
Equipamentos	600.000
Estoques de produtos orgânicos	600.000
Estoque de etanol em poder da Cooperativa	718.055
Estoque de açúcar em poder da Cooperativa	169.574
Recall	5.000
D & O	45.000
Responsabilidade Civil Geral	7.500
Lucros cessantes	542.137

- (i) Correspondente ao valor máximo das coberturas para diversos bens e localidades seguradas. A cobertura máxima é compartilhada entre a Usina Santo Antônio S.A., Usina São Francisco S.A. e Usina Uberaba S.A.

## **35 Eventos subsequentes**

Nos meses de maio e junho de 2024, as Companhias combinadas receberam o valor de R\$ 189.653, referente a pedido de ressarcimento de tributos federais (IR/CS) recolhidos a maior em períodos anteriores. O valor total dos tributos a recuperar pelas Companhias combinadas, desta natureza, está descrito na nota 13(iv).